

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 216

Data: 30.05.85

Pg.: _____

4468 Garimpo Maria Bonita já foi liberado pelos índios Kayapó

O garimpo Maria Bonita, instalado no interior da reserva indígena Kaiapó, já foi liberado pelos índios Gorotire, que ocuparam durante quase dois meses, e poderá começar a funcionar a partir de hoje. A produção de ouro, no entanto, só deverá ser retomada na segunda-feira. Até lá os comerciantes, de volta às suas instalações, irão restabelecer os suprimentos de mercadorias e gêneros alimentícios para suprir os cinco mil garimpeiros que os guerreiros Gorotires expulsaram da área no dia 1º de abril.

Os índios, porém, manterão qua-

tro guerreiros no garimpo, liderados pelo cacique Paulinho Paiaçã, ao lado de três agentes da Polícia Federal e dois funcionários da Funai para acompanhar a produção de ouro. Os índios constataram que estavam recebendo "royalties" sobre apenas um terço da produção real, que não lhes era informada. Os Kaiapós exigirão também o pagamento do "Rovati" de cinco por cento sobre a produção efetiva de ouro, superior a 300 quilos por mês, conforme o acordo mediado pelo Ministério do Interior.

O pagamento dessa taxa deverá causar novos problemas. Até a sus-

penção determinada pela Caixa em janeiro, os índios recebiam 0,1 por cento da produção, que equivalia a 10% do Imposto Único sobre Minerais (este, representando 1 por cento do movimento do garimpo). A participação, assim, aumentará cinco mil por cento, acumulando-se ainda com um por cento do IUM, representando um desconto global de 6 por cento sobre a produção. Segundo alguns técnicos. A Caixa Econômica comprometeu-se a pagar 3%, enquanto os garimpeiros pagariam os restantes 2 por cento.

Delegado da Funai critica decisão

Conseqüências

Salomão Santos ressaltou, ainda, que a ocupação das reservas indígenas por empresas mineradoras e garimpeiros traz algumas péssimas conseqüências, como a contaminação dos índios por doenças infecto-contagiosas, a destruição do ecossistema da área e até mesmo, em alguns casos, a aniquilação física das nações indígenas, quando há conflitos armados.

Como propostas que podem levar à solução do problema, Salomão apontou, entre outras: a definição e demarcação dos territórios indígenas e a formação de um grupo de trabalho, com a participação de geólogos, índios, indigenistas e antropólogos, com o objetivo de discutir a fundo o problema.

Protesto

O representante e vice-presidente Norte da Conage, Carlos Alberto Alves, fez um protesto contra a política da "Nova República" para o setor mineral. Segundo ele, muito se prometeu, mas até agora nenhuma mudança foi feita. Entre outras coisas, Carlos Alberto afirmou que nenhuma diretoria regional do DNPM foi ainda mudada.

Falta de cadastro eficiente do Incra; fluxo migratório desordenado; disputa de áreas marginais às rodo-

vias; problemas demarcatórios; grilagem; interesses políticos e econômicos, foram algumas das causas apresentadas por Irseef Ivan Souza, do Incra, para justificar a proliferação dos conflitos fundiários no Pará.

Em sua exposição, o técnico do Incra esclareceu que 57.849.279 hectares de terras do Pará e Amapá, ou seja, cerca de 46% do território total destas duas unidades da Federação, estão sob controle do órgão federal, em áreas onde se desenvolvem os seis projetos fundiários do Incra; Cachimbo, Santarém, Paragominas, Tomé-Açu, Altamira e Amapá.

Ao afirmar que, no período de 1972 a 1983, em duas etapas, o Incra desapropriou 6,3 milhões de hectares de terras improdutivas no Pará e Amapá, Irseef Ivan questionou a necessidade de "justa indenização", como prevê a Constituição Federal, no caso das terras que vierem a ser desapropriadas pela União na Reforma Agrária proposta pelo Governo.

Respeito

Durante os debates que decorreram as exposições, o representante das nações indígenas, Tapiet Gorotire, da nação Kaiapó-Gorotire, afirmou estar de acordo com o pronunciamento feito pelo delegado da Funai e pediu aos órgãos federais que respeitem os índios em suas decisões.

Em comemoração ao Dia do Geólogo, que transcorre hoje, a Apgam — Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia realizou ontem pela manhã, no auditório do Idesp, um debate sobre o tema: "Garimpeiros, terras indígenas e áreas de conflito social". Do debate, participaram como expositores representantes do Incra, do DNPM e da Funai, como debatedores, além da própria Apgam, participaram um representante das comunidades indígenas e outro da Conage — Comissão Nacional de Geologia.

O representante do DNPM — Departamento Nacional da Produção Mineral, Otávio Blanco, localizou no mapa paraense os diversos garimpos e fez uma análise crítica da situação, ressaltando a necessidade do Código de Mineração do País ser revisto.

O delegado regional da Funai, Salomão Santos, por sua vez, fez algumas revelações importantes em sua intervenção, ao afirmar, por exemplo, que a decisão tomada em Brasília, no sentido de firmar um acordo com a nação indígena Kaiapó-Gorotire, após a ocupação do garimpo de Maria Bonita, não participaram, nem sequer foram consultados os indigenistas e antropólogos que trabalhavam na área. "Mais uma vez, as decisões estão sendo tomadas de cima para baixo", afirmou Salomão.